



Convención de Belém do Pará

Sistema Interamericano de Información Regional sobre Violencia contra las Mujeres
IV Ronda de Evaluación Multilateral
MESECVI



IV Ronda de Evaluación del MESECVI

1. Nombre del País

Brasil

2. Nombre de la institución que presenta la información:

Ministério de la Mujer, Familia y Derechos

Humanos

3. Nombre de la autoridad responsable a elaboración de la respuesta del país:

Ministério de la Mujer, Familia y Derechos

Humanos

4. Nombre de la oficina o instancia encargada de la elaboración de la respuesta país:

Assessoria Internacional



Datos Demograficos



Datos Defunciones



Datos Nacimientos

Legislación

Legislación - Estructura

Enunciado del Indicador

Existencia de espacios, mecanismos y herramientas con reconocimiento y estatus legal para la coordinación interinstitucional entre las entidades públicas y organizaciones de la sociedad civil en función de la promoción y la protección del derecho a una vida libre de violencia para las mujeres.

Año

2019

Nombre del espacio

I - centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar; II - casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar; III - delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar; IV - programas e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar; V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Nombre del ente de adscripción

A Lei Maria da Penha definiu a criação de equipes ou núcleos de atendimento multidisciplinar para proteção da mulher.

Nombre de la norma y/o reglamento

Lei Maria da Penha

Fecha de la sanción/reglamentación

2006-08-07

Fecha de inicio de funcionamiento

2006-08-07

Descripción de las competencias

A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências.

Presupuesto en dólares

1

Fuente/página web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Enunciado del Indicador

Incorporación del concepto de violencia basada en género de acuerdo con la definición de la Convención, en la legislación de violencia, tanto en el ámbito público como en el ámbito privado.

Año de reporte del indicador

2019

Nombre de la norma y/o reglamento

Decreto que promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Fecha de la sanción/reglamentación

1996-08-01

Concepto de violencia ámbito privado

Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Concepto de violencia ámbito público

Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Fuentes/Páginas Web

DECRETO Nº 1.973, DE 1º DE AGOSTO DE 1996.

Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994.

Enunciado del Indicador

Legislación que tipifique el Femicidio/Feminicidio tanto en el ámbito público como en el ámbito privado; la muerte violenta de mujeres, ya sea que se hubiera incorporado como delito autónomo o como agravante de homicidio en razón de las circunstancias del delito o del nexo con el agresor.

Año de reporte del indicador

2019

Nombre de la norma y/o reglamento

Lei do Feminicídio

Fecha de la sanción/reglamentación

2015-03-09

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Número del artículo y texto. Conceptualización del femicidio/feminicidio

Art. 1º O art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal , passa a vigorar com a seguinte redação: § 2º -A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

¿El femicidio/feminicidio es considerado delito autónomo o agravante del homicidio?

Agravante de Homicidio

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm

Enunciado del Indicador

Existencia de protocolos de atención para la implementación de los diferentes servicios de atención y acompañamiento a mujeres víctimas o sobrevivientes de violencia en: -refugios, -servicios de asesoría legal, -acompañamiento psicológico (individual, grupal, familiar), apoyo telefónico, -atención en salud, -orientación capacitación laboral, -formación en derechos humanos.

Año de reporte del indicador

2018

Nombre de las instituciones

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Nombre del protocolo

Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Fecha de publicación

2011-01-01

Área de servicio

Objeto del protocolo

Entre os serviços especializados, a Rede de Atendimento é composta por: Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados ao atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (trânsito de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Tipo de violencia

Laboral

Fuentes/Páginas Web

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/rede-nacional-de-protocoladoras-da-mulher/como-buscar-ajuda-em-caso-de-violencia/conheca-a-rede-que-ataua-no-enfrentamento-e-na-prevencao-a-violencia>

Año de reporte del indicador

2018

Nombre de las instituciones

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Nombre del protocolo

Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Fecha de publicación

2011-01-01

Área de servicio**Objeto del protocolo**

Entre os serviços especializados, a Rede de Atendimento é composta por: Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados ao atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Tipo de violencia

Obstétrica

Fuentes/Páginas Web

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/rede-nacional-de-procuradorias-da-mulher/como-buscar-ajuda-em-caso-de-violencia/conheca-a-rede-que-atua-no-enfrentamento-e-na-prevencao-a-violencia>

Año de reporte del indicador

2018

Nombre de las instituciones

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Nombre del protocolo

Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Fecha de publicación

2011-01-01

Área de servicio**Objeto del protocolo**

Entre os serviços especializados, a Rede de Atendimento é composta por: Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados ao atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (trânsito de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Tipo de violencia

Patrimonial

Fuentes/Páginas Web

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/rede-nacional-de-procuradorias-da-mulher/como-buscar-ajuda-em-caso-de-violencia/conheca-a-rede-que-atua-no-enfrentamento-e-na-prevencao-a-violencia>

Año de reporte del indicador

2018

Nombre de las instituciones

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Nombre del protocolo

Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Fecha de publicación

2011-01-01

Área de servicio

Objeto del protocolo

Entre os serviços especializados, a Rede de Atendimento é composta por: Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados ao atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (trânsito de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Tipo de violencia

Institucional

Fuentes/Páginas Web

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/rede-nacional-de-procuradorias-da-mulher/como-buscar-ajuda-em-caso-de-violencia/conheca-a-rede-que-atua-no-enfrentamento-e-na-prevencao-a-violencia>

Año de reporte del indicador

2018

Nombre de las instituciones

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Nombre del protocolo

Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Fecha de publicación

2011-01-01

Área de servicio

Objeto del protocolo

Entre os serviços especializados, a Rede de Atendimento é composta por: Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados ao atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos

aeroportos (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Tipo de violencia

Política

Fuentes/Páginas Web

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/rede-nacional-de-procuradorias-da-mulher/como-buscar-ajuda-em-caso-de-violencia/conheca-a-rede-que-atua-no-enfrentamento-e-na-prevencao-a-violencia>

Año de reporte del indicador

2018

Nombre de las instituciones

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Nombre del protocolo

Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Fecha de publicación

2011-01-01

Área de servicio

Objeto del protocolo

Entre os serviços especializados, a Rede de Atendimento é composta por: Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados ao atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Tipo de violencia

Física

Fuentes/Páginas Web

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/rede-nacional-de-procuradorias-da-mulher/como-buscar-ajuda-em-caso-de-violencia/conheca-a-rede-que-atua-no-enfrentamento-e-na-prevencao-a-violencia>

Año de reporte del indicador

2018

Nombre de las instituciones

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Nombre del protocolo

Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Fecha de publicación

2011-01-01

Área de servicio**Objeto del protocolo**

Entre os serviços especializados, a Rede de Atendimento é composta por: Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados ao atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Tipo de violencia

Económica

Fuentes/Páginas Web

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/rede-nacional-de-procuradorias-da-mulher/como-buscar-ajuda-em-caso-de-violencia/conheca-a-rede-que-atua-no-enfrentamento-e-na-prevencao-a-violencia>

Año de reporte del indicador

2018

Nombre de las instituciones

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Nombre del protocolo

Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Fecha de publicación

2011-01-01

Área de servicio**Objeto del protocolo**

Entre os serviços especializados, a Rede de Atendimento é composta por: Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados ao atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (trânsito de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Tipo de violencia

Intrafamiliar

Fuentes/Páginas Web

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/rede-nacional-de-procuradorias-da-mulher/como-buscar-ajuda-em-caso-de-violencia/conheca-a-rede-que-atua-no-enfrentamento-e-na-prevencao-a-violencia>

Año de reporte del indicador

2018

Nombre de las instituciones

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Nombre del protocolo

Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Fecha de publicación

2011-01-01

Área de servicio

Objeto del protocolo

Entre os serviços especializados, a Rede de Atendimento é composta por: Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados ao atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (trânsito de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Tipo de violencia

Sexual

Fuentes/Páginas Web

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/rede-nacional-de-procuradorias-da-mulher/como-buscar-ajuda-em-caso-de-violencia/conheca-a-rede-que-atua-no-enfrentamento-e-na-prevencao-a-violencia>

Año de reporte del indicador

2018

Nombre de las instituciones

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Nombre del protocolo

Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Fecha de publicación

2011-01-01

Área de servicio**Objeto del protocolo**

Entre os serviços especializados, a Rede de Atendimento é composta por: Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados ao atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos

aeroportos (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Tipo de violencia

Psicológica

Fuentes/Páginas Web

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/rede-nacional-de-procuradorias-da-mulher/como-buscar-ajuda-em-caso-de-violencia/conheca-a-rede-que-atua-no-enfrentamento-e-na-prevencao-a-violencia>

Año de reporte del indicador

2018

Nombre de las instituciones

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Nombre del protocolo

Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Fecha de publicación

2011-01-01

Área de servicio

Objeto del protocolo

Entre os serviços especializados, a Rede de Atendimento é composta por: Centros de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, Centros Integrados da Mulher), Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem), Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher), Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados ao atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas) e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Tipo de violencia

Simbólica

Fuentes/Páginas Web

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/rede-nacional-de-procuradorias-da-mulher/como-buscar-ajuda-em-caso-de-violencia/conheca-a-rede-que-atua-no-enfrentamento-e-na-prevencao-a-violencia>



Enunciado del Indicador

Legislación que prohíba en forma explícita el uso de métodos de conciliación, mediación, suspensión de juicio a prueba (probation), aplicación del criterio de oportunidad, conmutación de penas u otros orientados a resolver extrajudicialmente casos de violencia

Año de reporte del indicador

2019

Nombre de la norma y/o reglamento

Lei Maria da Penha

Fecha de entrada en vigor

2006-08-07

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Enunciado del Indicador

Legislación que tipifica la violencia contra las mujeres por razones de género: psicológica, física, sexual en sus diversas formas, patrimonial, económica, institucional, política, inseminación no consentida, la esterilización forzada, en la política, simbólica, on line, trata, prostitución forzada, acoso sexual en el empleo, instituciones educativas o de salud, violación y abuso sexual dentro del matrimonio y uniones de hecho, en los conflictos armados otros tipos de violencia (especifique) y otras en la legislación de violencia.

Año de reporte del indicador

2019

Tipo de violencia

Patrimonial

Nombre de la normativa y/o reglamento

Lei Maria da Penha

Fecha de la sanción/reglamentación

2006-08-07

Rango jerárquico

Federal

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Número y texto del artículo

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram parentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Año de reporte del indicador

2019

Tipo de violencia

Física

Nombre de la normativa y/o reglamento

Lei Maria da Penha

Fecha de la sanción/reglamentación

2006-08-07

Rango jerárquico

Federal

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Número y texto del artículo

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Año de reporte del indicador

2019

Tipo de violencia

Económica

Nombre de la normativa y/o reglamento

Lei Maria da Penha

Fecha de la sanción/reglamentación

2006-08-07

Rango jerárquico

Federal

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Número y texto del artículo

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram parentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitacão. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Año de reporte del indicador

2019

Tipo de violencia

Intrafamiliar

Nombre de la normativa y/o reglamento

Lei Maria da Penha

Fecha de la sanción/reglamentación

2006-08-07

Rango jerárquico

Federal

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Número y texto del artículo

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram parentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitacão. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Año de reporte del indicador

2019

Tipo de violencia

Sexual

Nombre de la normativa y/o reglamento

Lei Maria da Penha

Fecha de la sanción/reglamentación

2006-08-07

Rango jerárquico

Federal

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Número y texto del artículo

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram parentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitAÇÃO. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Año de reporte del indicador

2019

Tipo de violencia

Psicológica

Nombre de la normativa y/o reglamento

Lei Maria da Penha

Fecha de la sanción/reglamentación

2006-08-07

Rango jerárquico

Federal

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Número y texto del artículo

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram parentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitacão. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Indicadores sin Respuesta

1.-Número y características de organizaciones de la sociedad civil que participan en la promoción y la protección del derecho a una vida libre de violencia, teniendo en cuenta en particular las organizaciones involucradas con las niñas y adolescentes, mujeres adultas y adultas mayores que son étnicamente diversas, afrodescendientes, rurales, con discapacidad, con diferentes preferencias sexuales, por su identidad de género, migrantes, refugiadas, las personas desplazadas o privadas de su libertad. Indicar formas y tipo de participación.

2.-Protocolos de actuación para personal de justicia, policial, de comisarías, prestadores/as de servicios, de salud, educadores/ as, funcionarios/as públicos/as en relación con las distintas formas de violencia.

3.-Legislación específica que incluya la interrupción legal del embarazo por causas terapéuticas, eugenésicas o por violación sexual y/o incesto, o la despenalización del aborto, incluyendo resoluciones administrativas, protocolos de atención de salud y/o de violencia sexual.

4.-Legislación o normativa que garantiza el ejercicio de los derechos sexuales y reproductivos que incluya el acceso a la anticoncepción, la anticoncepción oral de emergencia y kits de emergencia en caso de violencia sexual.

5.-Legislación Especial que considere el impacto diferenciado o agravie los delitos de violencia cometidos contra mujeres: niñas y adolescentes; adultas y adultas mayores; de diversidad étnica; afrodescendientes, indígenas; rurales; con discapacidades; embarazadas; en situación socioeconómica desfavorable; con opciones sexuales diversas; por su identidad de género; en situación de migrantes o afectadas por situaciones de conflictos armados, refugiadas o desplazadas; privadas de la libertad



Legislación - Proceso

Enunciado del Indicador

Existencia de instancias administrativas para radicar denuncias en materia de violencia contra las mujeres en: Los institutos educativos, centros de salud, ámbito laboral, en el ámbito político, redes sociales y medios virtual, medios de comunicación social.

Año

2019

Nombre de las instituciones

Ouvidoria do Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos; Centro de atendimento aos Direitos Humanos - Disque 100; Centro de atendimento à Mulher - Ligue - 180.

Área de atención

Medios de comunicación social

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Número de instancias

3

Texto correspondiente a la legislación reportada

Lei Maria da Penha; Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003.

Fuentes/Páginas Web

https://www.gov.br/mdh/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria-do-mmfdh

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/disque100>

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue-180>

Año

2019

Nombre de las instituciones

Observatório Brasil de igualdade de Gênero

Área de atención

En el ámbito político

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Número de instancias

1

Texto correspondiente a la legislación reportada

No Brasil existe o Observatório Brasil de igualdade de Gênero do governo federal para acompanhar a situação socioeconômica das mulheres, acompanhando as temáticas demográficas, de autonomia econômica, combate à violência, saúde integral, acesso aos espaços de poder e decisão, esporte, entre outros. Existe também o Observatório da Mulher Contra à Violência do Senado Federal.

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/convencao-interamericana-para-prevenir-punir-e-erradicar-a-violencia-contra-a-mulher-convencao-de-belem-do-parana>

Año

2021

Nombre de las instituciones

Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos

Área de atención

Centros de salud

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Número de instancias

17

Texto correspondiente a la legislación reportada

Lei 10.714/03- Ligue 180

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ligue180>

(Por meio de ligação gratuita e confidencial, esse canal de denúncia funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, no Brasil e em outros 16 (dezesseis) países).

Año

2021

Nombre de las instituciones

Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos

Área de atención

Institutos educativos

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Número de instancias

17

Texto correspondiente a la legislación reportada

Lei 10.714/03- Ligue 180

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ligue180>

(Por meio de ligação gratuita e confidencial, esse canal de denúncia funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, no Brasil e em outros 16 (dezesseis) países).

Año

2021

Nombre de las instituciones

Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos

Área de atención

Redes sociales y medios virtual

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Número de instancias

17

Texto correspondiente a la legislación reportada

Lei 10.714/03- Ligue 180

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ligue180>

(Por meio de ligação gratuita e confidencial, esse canal de denúncia funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, no Brasil e em outros 16 (dezesseis) países).

Año

2021

**Nombre de las instituciones**

Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos

Área de atención

En el ámbito político

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Número de instancias

17

Texto correspondiente a la legislación reportada

Lei 10.714/03- Ligue 180

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ligue180>

(Por meio de ligação gratuita e confidencial, esse canal de denúncia funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, no Brasil e em outros 16 (dezesseis) países).

Año

2021

Nombre de las instituciones

Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos

Área de atención

Ámbito laboral

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Número de instancias

17

Texto correspondiente a la legislación reportada

Lei 10.714/03- Ligue 180

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ligue180>

(Por meio de ligação gratuita e confidencial, esse canal de denúncia funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, no Brasil e em outros 16 (dezesseis) países).

Año

2021

Nombre de las instituciones

Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos

Área de atención

Medios de comunicación social

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Número de instancias

17

Texto correspondiente a la legislación reportada

Lei 10.714/03- Ligue 180

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ligue180>

(Por meio de ligação gratuita e confidencial, esse canal de denúncia funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, no Brasil e em outros 16 (dezesseis) países).

Enunciado del Indicador

Existencia de procesos sistemáticos de formación, capacitación y sensibilización a funcionarios/as del sector público sobre las herramientas legales de sanción, protección y promoción de los derechos de las mujeres, particularmente el derecho a una vida libre de violencia. Mecanismos de intercambio, seguimiento y evaluación de los procesos formativos.

Año

2019

Nombre de la instancia

Ministério da Educação

Nombre del proceso

Lei 13.663/2018; Lei 13.185/2015 (institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática)

Tipo de procesos

Lei 13.663/2018 (inclui a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência nas diretrizes e bases da educação nacional)

Cantidad de mujeres participantes que laboran en el organismo

0

Cantidad de hombres participantes que laboran en el organismo

0

Mecanismos de seguimiento

Art. 6º Serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (bullying) nos Estados e Municípios para planejamento das ações. Lei 13.185/2015

Descripción de los mecanismos de intercambio

Art. 6º Serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (bullying) nos Estados e Municípios para planejamento das ações. Lei 13.185/2015

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13663.htm

Indicadores sin Respuesta

1.-Existencia de oficinas públicas, secretarías o mecanismos estatales especializados en violencia contra la mujer. Cobertura por jurisdicciones (nacional, estatal, provincial, local)

2.-Número de capacitaciones anuales sobre protocolos de actuación para el personal nuevo y el personal encargado de cumplir las funciones establecidas en la ley, en el sector salud, educativo, policial, justicia y administración de justicia.

3.-Número de reuniones anuales de la plataforma interinstitucional y las organizaciones de la sociedad civil que participan en la promoción y la protección del derecho a una vida libre de violencia.

4.-Registro de actividades, proyectos presentados, iniciativas ciudadanas en donde la sociedad civil haya participado, por tipo de participación y destinatarios: número de acuerdos alcanzados. Existencia de mecanismos para darle seguimiento a los acuerdos.

Legislación - Resultado

Enunciado del Indicador

Informes de monitoreo del conocimiento, comprensión y aplicación de protocolos y reglamentos específicos en materia de derechos de las mujeres, como parte de evaluaciones periódicas para acceder a incentivos, créditos, escalafones (sectores justicia, salud, educación).

Año

2019

Nombre de las instituciones

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Frecuencia

Anual

Nombre del informe

Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Objeto del informe

Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - V CNPM, convocada pelo Decreto Presidencial de nº 9.585 de 2018, publicado no Diário Oficial da União, edição número 288, Seção 1, página 2, de 28 de novembro de 2018, terá por objetivo geral garantir, fortalecer e ampliar a formulação e a execução de políticas públicas de direitos das mulheres, com vistas ao enfrentamento a todas as formas de violências, bem como facilitar a sua participação, a inclusão, a autonomia social, econômica, política e cultural das mulheres no Brasil.

Rama del poder público o de la sociedad civil

Poder Ejecutivo

Fecha de publicidad

2019-08-02

Medios para acceder al contenido del informe

<https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndm>

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/convencao-interamericana-para-prevenir-punir-e-erradicar-a-violencia-contra-a-mulher-convencao-de-belem-do-pará>

Enunciado del Indicador

Tasa de embarazos, partos a término e interrupciones o abortos en niñas y adolescentes (10 a 19 años de edad) a nivel nacional

Año

2020

Nombre de las instituciones

Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde (DAENT / CGIAE)

Número de niñas y adolescentes embarazadas

384993

Número de nacimientos en el año de reporte

380778

Número de abortos y pérdidas

4215

Fuentes/Páginas Web

SIM - Sistema de informações sobre mortalidade; SINASC - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svs/vigilancia-de-doencas-cronicas-nao-transmissiveis/sistemas-de-informacao-em-saude#:~:text=O%20Sistema%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20sobre,n%C3%ADveis%20do%20Sistema%20de%20Sa%C3%BAde.>);

<https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/materna/>;

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/fevereiro/casos-de-gravidez-na-adolescencia-diminuiram-em-media-18-desde-2019#:~:text=Desde%202019%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de,gesta%C3%A7%C3%B5es%20nesta%20fase%20da%20vida;>

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sim/cnv/fet10uf.def>



Enunciado del Indicador

Tasa de mortalidad materna en niñas y adolescentes de 10 a 19 años a nivel nacional

Año

2020

Nombre de las instituciones

Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde (DAENT / CGIAE)

Grupo de edad de mujeres atendidas

20-34

Número de nacimientos

380778

Número de defunciones maternas

4870

Fuentes/Páginas Web

<https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/materna/>

Enunciado del Indicador

Número de matrimonios registrados en los que uno o ambas personas contrayentes eran menores de 18 años de acuerdo a encuestas o registros administrativos desagregados por sexo.

Año

2020

Institución que brinda apoyo

Secretaria Nacional da Família

Número de matrimonios de mujeres menores de 18 años

15784

Número de matrimonios de hombres menores de 18 años

1317

Fuentes/Páginas Web

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estatísticas do Registro Civil 2020. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/registro-civil/quadros/brasil/casamentos-entre-conjuges-masculino-e-feminino>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

Enunciado del Indicador

Tasa de violencia con base en encuestas: número de niñas y adolescentes, mujeres adultas y adultas mayores, que declaran haber sido víctimas de cualquier forma de violencia, por rango de edad, (psicológica, física, sexual, patrimonial, económica, institucional, política y otras), dividido por el total de mujeres en esas mismas edades, multiplicado por 100.000.

Año

2019

Nombre de la institución

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Tipo de institución

Pública

Nombre de la encuesta en materia de violencia contra las mujeres

A taxa de homicídio no ano de 2017 foi de cerca de 4,7 mulheres por grupo de 100.000 mulheres. Ressalta-se que o SIM/MS não possui a categoria Feminicídio para classificar os homicídios de mulheres notificados pelo sistema. Feminicídio é uma categoria penal no Brasil. Entretanto o sistema de saúde utiliza classificação internacional de doenças (CID), não fazendo, portanto, a classificação segundo nosso código penal, por isso não há a categoria feminicídio. Atualmente, não é possível tecnicamente obter informações dos últimos doze meses pelo sistema de saúde. As informações são referentes, geralmente, a dois anos anteriores ao ano vigente, isso porque leva um ano para a coleta das informações em todas as unidades federativas do país depois as informações são tratadas pelo Ministério da Saúde para depois disso, serem publicadas.

Fecha de inicio del estudio

2019-08-02

Fecha de la presentación de resultados

2019-08-02

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Lugar

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Tamaño de la muestra total

100000



Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/convencao-interamericana-para-prevenir-punir-e-erradicar-a-violencia-contra-a-mulher-convencao-de-belem-do-pará>

Enunciado del Indicador

Número de niñas (menos de 18 años) que han sufrido violencia sexual

Año

2021

Nombre de las instituciones

Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Nombre del espacio geográfico

Esplanada dos Ministérios Bloco A ? 9º andar CEP: 70.054-906 ? Brasília, DF

Grupo de edad de mujeres atendidas

0-19

Tipo de agresor

Otros

Área de residencia

Urbana

Nombre de la etnia indígena

Número total de víctimas nacional

13519

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh>

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/painel-de-dados>

Indicadores sin Respuesta

1.-Número de casos conocidos y decididos en instituciones de enseñanza públicas o privadas por violación del derecho de las mujeres y las niñas a ser educadas libres de patrones estereotipados de comportamiento y prácticas sociales y culturales basadas en conceptos de inferioridad o subordinación.

2.-Tasa de violencia contra las mujeres por localidad (urbana/rural), por estratos socioeconómicos, etnias y por grupos de edad, por distintos tipos de violencia.

3.-Observaciones Generales



Planes Nacionales



Planes Nacionales - Estructura

Enunciado del Indicador

Incorporación de acciones y estrategias para la prevención, sanción y erradicación de la violencia contra las mujeres en los planes nacionales de otros sectores como Seguridad, Educación, Salud, Laboral, Migración, Refugio y Asilo.

Año

2021

Nombre del plan nacional

Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio - Decreto nº 10.906, de 6 de dezembro de 2021

Instituciones encargadas

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Período de ejecución

06/12/2021

Otras instituciones

Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos

Sectores impactados

Salud

Grupo de mujeres sujetas de tutela

Todos los Anteriores

Presupuesto en dólares para el año de reporte

79600000

Fuentes/Páginas Web

[https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1346009306/decreto-10906-21#:~:text=Institui%20o%20Plano%20Nacional%20de,Ver%20t%C3%B3pico%20\(6%20documentos\)&text=Bras%C3%A1lia%2C%2020%20de%20dezembro%20de,Independ%C3%A1ncia%20e%20133%C2%BA%20da%20Rep%C3%BAlica](https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1346009306/decreto-10906-21#:~:text=Institui%20o%20Plano%20Nacional%20de,Ver%20t%C3%B3pico%20(6%20documentos)&text=Bras%C3%A1lia%2C%2020%20de%20dezembro%20de,Independ%C3%A1ncia%20e%20133%C2%BA%20da%20Rep%C3%BAlica)

Enunciado del Indicador

Nombre del Plan Nacional/Política/ Acción/Estrategia para la prevención, atención y erradicación de la violencia contra las niñas y adolescentes, mujeres adultas y adultas mayores en sus diversas manifestaciones. Alcance y características

Año

2019

Nombre del plan nacional

Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2006); Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007); Programa Mulher: Viver sem violência; Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres (Decreto 9.586/18); Política para Mulheres - Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência (2016- 2019); Plano Estratégico Rede Brasil Mulher.

Nombre de la institución

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Instituciones involucradas

Secretaria Nacional de Política para as Mulheres

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Grupo de mujeres sujetas de tutela

Todos los Anteriores

Descripción del plan nacional

Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2006); Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007); Programa Mulher: Viver sem violência; Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres (Decreto 9.586/18): tem como objetivo de ampliar e fortalecer a formação e a execução de políticas de direitos das mulheres, de enfrentamento a todos os tipos de violência e da inclusão das mulheres nos processos de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do país. Política para Mulheres - Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência (2016-2019): possui como metas: a) Articular a realização e a divulgação da Pesquisa Nacional de Uso do Tempo para produção contínua de estatísticas sobre o tema, que permitam a formulação de políticas públicas de igualdade de gênero com recortes racial e dos Direitos Humanos; b) Capacitar 10.000 mulheres urbanas, do campo, da floresta e das águas para o fortalecimento dos Direitos Humanos; c) Estimular a participação de 100 organizações públicas e privadas de médio e grande porte no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça; d) Implantar ações integradas, focadas no desenvolvimento de políticas públicas que garantam direitos e proteção, voltadas para as mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais, jovens, idosas, negras, mulheres com deficiência, urbanas, rurais do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais. Plano

Estratégico Rede Brasil Mulher: o objetivo geral da Rede Brasil Mulher é de articular com instituições no âmbito dos Governo e da Sociedade Civil, com vistas à promoção do empoderamento feminino, com ênfase na educação, na autonomia econômica, social, sexual, acesso e garantia de direitos para trazer igualdade entre mulheres e homens, assegurando a dignidade da mulher. Dessa forma, o Rede Brasil Mulher terá um caráter mobilizador para promover a participação ativa da sociedade nas questões propostas. O Governo atuará em cinco eixos temáticos: educação, saúde, autonomia econômica, espaços de poder e decisão e violência contra a mulher. Art. 2º São eixos de atuação da Rede Brasil Mulher: I - saúde; II - educação; III - autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho; IV - enfrentamento e combate à violência contra a mulher; e V - fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Desde a criação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres são formuladas, implementadas, monitoradas e avaliadas de maneira integrada e embora o Pacto tenha sido importantes contribuições para a organização e implementação das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, ainda são muitos os desafios para a consecução das ações previstas ? barreiras culturais, a pobreza que dificultam o eficácia dos planos.

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/convencao-interamericana-para-prevenir-punir-e-erradicar-a-violencia-contra-a-mulher-convencao-de-belem-do-pará>

Indicadores sin Respuesta

1.-Número de servicios que presten atención y acompañamiento psicológico antes, durante y después del proceso legal.

2.-Medida estructural o temporal de atención a la violencia contra las mujeres en el marco de las medidas para frenar la propagación del COVID-19

3.-Mecanismos diferenciados para la emergencia y para el seguimiento de la problemática de la violencia contra las mujeres pre-pandemia y durante la pandemia de COVID-19.

Planes Nacionales - Proceso

Enunciado del Indicador

Número de usuarias atendidas en los servicios diversos: para niñas y adolescentes, mujeres adultas y adultas mayores víctimas de violencia considerando diversidad étnica, afrodescendientes, rurales, con discapacidades, con opciones sexuales diversas, por su identidad de género, en situación de migrantes, refugiadas, desplazadas, embarazadas, en situación socioeconómica desfavorable o afectadas por situaciones de conflictos armados o privadas de la libertad.

Año

2021

Nombre de la institución

Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Ente de adscripción

Disque 100 e Ligue 180

Nombre del servicio

Central de Atendimento à Mulher

Objeto

atendimentos, manifestações, nas modalidades de acesso por telefone, whatsapp, webchat, telegram, e-mail, mobile DH, ofício, carta e videochamada.

Grupo de mujeres sujetas de tutela

Todos los Anteriores

Tipo de violencia

Todas

Fecha de creación del servicio

2003-08-13

Presupuesto en dólares para el año de reporte

0

Informe de evaluación

Estudo de satisfação do usuário apresentou o resultado onde a maior parte dos avaliados respondeu estarem muito satisfeitos

Total de usuarias atendidas

3277476

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh>

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>



Enunciado del Indicador

Tiempo promedio transcurrido entre la primera manifestación de violencia hasta el primer contacto de la víctima con una institución o establecimiento que preste atención y servicios.

Año

2021

Nombre de la institución

Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Tipo de institución

Instancia Administrativa

Requiere información sobre eventos anteriores de violencia

f

Realiza el análisis asociado a la frecuencia de los eventos de violencia

f

Cálculo del tiempo transcurrido entre el primer evento de violencia y la primera denuncia

f

Fuentes/Páginas Web

O cidadão pode obter diretamente o número de denúncias recebidas por esta Ouvidoria, relativas a violências praticadas contra a mulher, no período de 2020 a 2022 por meio do painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>) utilizando filtro por Grupo Vulnerável, Espécie de Violação e/ou Elementos Circunstanciais/faixa etária e sexo.

Enunciado del Indicador

Existencia de redes de apoyo a nivel local (comunitario, nacional, regional) para la atención de emergencia y seguimiento a la problemática de la violencia contra la mujer. - Mecanismos establecidos para la comunicación y coordinación interinstitucional. - Número y tipo de instituciones (públicas, privadas, naturaleza del quehacer institucional) que conforman la red de apoyo.

Año

2021

Nombre de las instituciones

Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Nombre de la red

Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Nombre de la institución pública

Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Nombre de institución privada

Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Nombre de organizaciones de la sociedad civil en la red de apoyo a mujeres

víctimas de violencia

Casas da Mulher Brasileira

Descripción del servicio

O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência.

Asignación presupuestaria

149

Nombre de las instituciones que coordinan la red de apoyo

Casas Abrigo para Mulheres em Situação de Violência; Centros Especializados de Atendimento à Mulher; Núcleos de Defesa da Mulher em Defensorias Públicas; Núcleos de Gênero e Promotorias Especializadas em Ministérios Públicos; Juizados ou Varas Especializadas em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres



Fuentes/Páginas Web

<https://www.mpmg.mp.br/data/files/57/C0/01/F6/DA44A7109CEB34A7760849A8/Casa%20da%20Mulher%20Brasileira%20-%20Diretrizes%20gerais%20e%20protocolo%20de%20atendimento.pdf>

Enunciado del Indicador

Existencia de programas sociales para mujeres víctimas de violencia o con prioridad de atención para estas mujeres.

Año

2019

Nombre de las instituciones

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Nombre del programa social

Programa Mulher Segura e Protegida

Descripción del programa social

Integrar e ampliar os serviços públicos existentes destinados às mulheres em situação de violência, por meio da articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira.

Ámbito de cobertura

Sin Informacion

Condiciones y requisitos para la eligibilidad

Mulheres em situação de violência

Tipo de violencia

Todas

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10112.htm

Enunciado del Indicador

Número de funcionarias o funcionarios desagregados por sexo que reciben denuncias de mujeres víctimas de violencia.

Año

2021

Nombre de la institución

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Dirección de unidad

Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Número de mujeres

389

Número de hombres

43

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh>; <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>

Indicadores sin Respuesta

1.-Número de refugios, casas de albergue u otras fórmulas de atención habitacional para las mujeres víctimas de violencia.

2.-Número y porcentaje de mujeres que sufren violencia que demandan atención en relación al total de mujeres que sufren violencia, estimando subregistro y otros déficits estadísticos

3.-Campañas, características y cobertura de los medios que difunden información a las niñas y adolescentes, mujeres adultas y adultas mayores de sus derechos en relación con la atención a la violencia.

4.-Número de médico/as legales, psicólogas/os forenses; criminólogos/as o forenses habilitadas/os por cada 100.000 niñas y adolescentes, mujeres adultas y adultas mayores

Planes Nacionales - Resultado

Enunciado del Indicador

Número de instituciones públicas que adecuaron plataformas virtuales para atender a las mujeres víctimas y sobrevivientes de violencia

Año

2021

Nombre y dirección de la plataforma

Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Fecha de creación

<https://www.mulhersegura.org/preciso-de-ajuda/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher>

Descripción del objeto

2022-09-21

Presupuesto en dólares para el año de reporte

O Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher é um serviço criado para o combate à violência contra a mulher e oferece três tipos de atendimento: registros de denúncias, orientações para vítimas de violência e informações sobre leis e campanhas

Ámbito de cobertura

117

Fuentes/Páginas Web

Nacional/Federal

Enunciado del Indicador

Tasa de utilización de los servicios: Por parte de víctimas de violencia en sus diversas manifestaciones,de Atención Telefónica, Atención Jurídica, Atención de Salud, Disponibilidad de disponer antibióticos antiretrovirales y anticoncepción de emergencia en casos de violación sexual.

Año

2018

Nombre de la institución que provee el servicio

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Central do Ligue 180

Tipo de servicio

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Central do Ligue 180

Tipo de violencia

de Atención Telefónica

Grupo de edad de mujeres atendidas

Todas

Número de mujeres atendidas en el año del reporte

124758

Fuentes/Páginas Web

Todas

Enunciado del Indicador

Porcentaje anual de personas egresadas de programas estatales (nivel universitario o superior) para la formación sistemática de especialistas en diferentes disciplinas sobre el problema de violencia y colocados en instancias del sector público vinculadas a la violencia contra las mujeres.

Año

2021

Nombre de la institución

Governo Federal do Brasil

Nombre del programa de formación

Bolsa Formação

Nombre de la institución pública

Ministério da Educação

Número de mujeres graduadas

152990

Número de hombres graduados

105021

Número de incorporaciones mujeres

476813

Número de incorporaciones hombres

309354

Fuentes/Páginas Web

<http://portal.mec.gov.br/bolsa-formacao> LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011. Art. 2º § 4º
(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm)



Indicadores sin Respuesta

- 1.-Número de instituciones públicas con dependencias específicas sobre las mujeres, creadas, en funcionamiento, con presupuesto asignado y con presupuesto en ejecución.
- 2.-Número de mujeres atendidas en los servicios de atención integral durante el COVID-19 en comparación con el año anterior previo a la pandemia.
- 3.-Tasa de población a nivel nacional de mujeres atendidas en los albergues, refugios con respecto al total de solicitudes de acogida por parte de las mujeres afectadas o por parte de las instancias de protección establecidas.
- 4.-Observaciones Generales del Módulo Planes Nacionales



Acceso a la Justicia



Acceso a la Justicia - Estructura



Acceso a la Justicia

Enunciado del Indicador

Existencia de líneas telefónicas con cobertura nacional de acceso gratuito para las mujeres víctimas de violencia.

Año

2019

Número de línea

Disque 180

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Funciones / Competencias

Denúncias por mulheres vítimas de violência

Fundamento legal

Lei Maria da Penha

Origen del financiamiento

Público

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/convencao-interamericana-para-prevenir-punir-e-erradicar-a-violencia-contra-a-mulher-convencao-de-belem-do-pará>

Enunciado del Indicador

Existencia de servicios de patrocinio jurídico integrales, públicos o apoyados por el Estado, especializados en la protección del derecho a la vida libre de violencia.

Año

2021

Nombre del servicio

Programa Justiça pela Paz em Casa

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Funciones / Competencias

Tem como objetivo ampliar a efetividade da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), concentrando esforços para agilizar o andamento dos processos relacionados à violência de gênero.

Fundamento legal

Portaria Nº 15 de 08/03/2017 e Resolução Nº 254 de 04/09/2018

Origen del financiamiento

Público

Fuentes/Páginas Web

<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2393> e <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2669>

Enunciado del Indicador

Existencia de servicios jurídicos gratuitos e integrales destinados a las niñas y adolescentes, mujeres adultas y adultas mayores, indígenas, rurales, el cuidado de la interculturalidad, de acuerdo con la legislación vigente.

Año

2020

Nombre de la institución que brinda el servicio

PJERJ ? Poder judiciário do estado do rio de janeiro

Nombre de los servicios jurídicos gratuitos

Projeto Violeta

Origen del financiamiento

Público

Ámbito de cobertura

Local/Municipal

Grupo de mujeres sujeto de tutela

Todas las Anteriores

Funciones / Competencias

objetivo garantir a segurança e a proteção máxima das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, acelerando o acesso à Justiça daquelas que estão com sua integridade física e até mesmo com a vida em risco.

Fuentes/Páginas Web

ato-normativo-conjunto-20-2020.pdf (tjrj.jus.br)

Enunciado del Indicador

Existencia de organismos de atención especializados en violencia contra las mujeres y las niñas.

Año

2021

Nombre del organismo

Delegacias de Atendimento a Mulher

Tipo de instancia

Fiscalía Especial

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Ley o reglamento para su funcionamiento

LEI N° 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

Nombre de la instancia

A implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/l11340.htm

Enunciado del Indicador

Existencia de organismos de investigación especializados en violencia contra las mujeres y las niñas.

Año

2021

Nombre del organismo

Delegacias de Atendimento a Mulher

Tipo de instancia

Fiscalía Especial

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Ley o reglamento para su funcionamiento

LEI N° 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

Nombre de la instancia

A implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/l11340.htm



Enunciado del Indicador

Existencia de tribunales de otras materias con competencia asignada que conocen casos de violencia contra las mujeres (tribunales civiles, penales, administrativos, constitucionales, laborales, electorales, entre otros).

Año

2018

Nombre del tribunal

Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal (Painel de Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres)

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Ley o reglamento para su funcionamiento

Resolução Nº 254 de 04/09/2018

Ámbito de competencia

Administrativos

Nombre de la instancia

Conselho Nacional de Justiça

Fuentes/Páginas Web

<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2669>

Enunciado del Indicador

Identificar los delitos de violencia contra las mujeres.

Año

2021

Nombre del delito por violencia contra las mujeres

Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Tipo de acción

Normativa de la tipificación del delito

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Año

2021

Nombre del delito por violencia contra las mujeres

Dispõe sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais

Tipo de acción

Normativa de la tipificación del delito

Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021

Fuentes/Páginas Web

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.192-de-4-de-agosto-de-2021-336315417>

Año

2021



Nombre del delito por violencia contra las mujeres

Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo

Tipo de acción

Normativa de la tipificación del delito

Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm

Enunciado del Indicador

Existencia del divorcio unilateral.

Año

2021

Nombre de la normativa y/o reglamento

Emenda Constitucional nº 66/2010

Fecha de publicación

2010-07-13

Número y texto del artículo

nº 66/2010

Número de divorcios

80573

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc66.htm

<https://www.conjur.com.br/2022-abr-18/brasil-bate-recorde-divorcios-2021-80-mil-separacoes>

Enunciado del Indicador

Existencia de legislación sobre medidas de protección a solicitud de la víctima, de terceras/os o de oficio, antes y durante el proceso penal, civil, laboral, electoral, administrativo o de cualquier índole y/o judicial.

Año

2021

Nombre de la norma y/o reglamento

A Lei nº 11.340/2006

Fecha de publicación

2006-06-07

Fecha de entrada en vigor

2006-06-07

Nombre de la instancia/jerarquia

Otros

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Medidas de protección

Afastamento do agressor do lar ou local de convivência com a vítima, a fixação de limite mínimo de distância de que o agressor fica proibido de ultrapassar em relação à vítima e a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, se for o caso.

Fuentes/Páginas Web

<https://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/225800886/conheca-as-medidas-protetivas-previstas-pela-lei-maria-da-penha#:~:text=As%20medidas%20protetivas%20podem%20ser%20o%20afastamento%20do%20agressor%20do,armas%2C%20se%20for%20o%20caso.>

Enunciado del Indicador

Mecanismo específico para recibir quejas de las usuarias respecto del sistema de procuración y administración de justicia.

Año

2021

Mecanismo de Recepción

Ligue 180

Fundamento legal

DECRETO Nº 7.393, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Institución que brinda apoyo

A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7393.htm



Enunciado del Indicador

Existencia de acciones constitucionales (amparos, acciones de protección, tutela) relevantes para la defensa de los derechos humanos de las mujeres y las niñas.

Año

2020

Nombre de la decisión judicial o administrativa

Recomendação n. 79/2020

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Tipo de acción constitucional

Otros

Fecha de la entrada en vigor

2020-10-08

Fuentes/Páginas Web

<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3514>

Enunciado del Indicador

Legislación y los mecanismos rápidamente disponibles para la protección de las niñas y adolescentes, mujeres adultas y adultas mayores indígenas, rurales, víctimas de la violencia, con especial atención de la perspectiva intercultural.

Año

2019

Tipo de procedencia

Indigenas

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Fecha de la publicación de la normativa

1988-10-05

Nombre y tipo de mecanismo

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/convencao-interamericana-para-prevenir-punir-e-erradicar-a-violencia-contra-a-mulher-convencao-de-belem-do-pará>

Enunciado del Indicador

Existencia de tribunales especializados en violencia contra las mujeres y las niñas.

Año

2019

Nombre del tribunal

Varas criminais e Juizados exclusivos, especializados nas redes de enfretamento à violência contra as mulheres.

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Nombre de la ley

LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

Nombre de la instancia

Conselho Nacional de Justiça

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Enunciado del Indicador

Existencia de políticas de reparación integral a víctimas colaterales de violencia contra las mujeres.

Año

2021

Nombre de la institución

Programa Órfãos do Feminicídio

Nombre de la política pública o mecanismo

Programa Órfãos do Feminicídio

Ámbito de cobertura

Local/Municipal

Fundamento legal

Atenção e Proteção, visando a proteção de órfãos do feminicídio e seus responsáveis legais, no município de Campo Grande

Fecha de publicación

2022-04-05

Descripción

Capacitação e acompanhamento de pessoas que ofertarão lar provisório aos órfãos do feminicídio que foram afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva

Origen del financiamiento

Público

Fuentes/Páginas Web

Programa Órfãos do Feminicídio

Indicadores sin Respuesta

- 1.-Existencia de protocolos de investigación criminal sobre delitos de violencia contra las mujeres, femicidios/feminicidios, muertes violentas de mujeres, violencia sexual, desaparición de mujeres y trata de mujeres con enfoque de género.
- 2.-Normas penales, civiles y/o administrativas que sancionen al funcionariado público por la no aplicación de la normativa para proteger y garantizar los derechos de las mujeres.
- 3.-Procedimientos administrativos, judiciales o mecanismos para hacer efectivas medidas de protección y seguridad de las mujeres víctimas de violencia, sus hijas/os, y la de sus testigos/as. Indicar mecanismos tales como: Fondos para traslados; Mecanismos de rescate de mujeres; Cambio de identidad; Protección de testigas/os; Salvoconducto para salir del país; Redes seguras de referencia; Botón de pánico, entre otros.
- 4.-Detallar la cantidad de organizaciones inscritas en registros oficiales cuya misión sea la promoción de una vida libre de violencia para las mujeres que se involucran como asesoras o querellantes en los procesos penales
- 5.-Existencia de políticas de reparación integral a mujeres víctimas de violencia.



Acceso a la Justicia - Proceso

Enunciado del Indicador

Existencia de una oficina, relatoría u otros tipos de instancia específica en violencia a nivel de los tribunales ordinarios, especiales, segundas instancias, cortes supremas de justicia y cortes constitucionales.

Año

2018

Nombre de la instancia

Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres

Tipo de instancia

Tribunal Ordinario

Fundamento legal

Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003.

Nivel

Otros

Fecha de creación

2003-08-13

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-e-buscar-ajuda-a-vitimas-de-violencia-contra-mulheres>

Año

2018

Nombre de la instancia

Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres

Tipo de instancia

Tribunal Ordinario

Fundamento legal

Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003.

Nivel

Relatoría

Fecha de creación

2003-08-13



Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-e-buscar-ajuda-a-vitimas-de-violencia-contra-mulheres>

Enunciado del Indicador

Decisiones judiciales y administrativas como sentencias, precedentes, dictámenes, resoluciones, y directrices relevantes que utilicen e incorporen la Convención de Belém do Pará.

Año

2018

Nombre de la instancia/jerarquía

Conselho Nacional do Ministério Público

Nombre de la decisión judicial o administrativa

Comitê Gestor do Cadastro Nacional de Violência Doméstica.

Fecha de la entrada en vigor

2017-05-23

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o-167.pdf>

Año

2020

Nombre de la instancia/jerarquía

Conselho Nacional de Justiça

Nombre de la decisión judicial o administrativa

o Decreto nº 1.973

Fecha de la entrada en vigor

1996-08-01

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.973,%2C%20DE%201%C2%BA,9%20de%20junho%20de%201994.

Año

2021

Nombre de la instancia/jerarquía

Conselho Nacional de Justiça



Nombre de la decisión judicial o administrativa

Recomendação nº 128, de 15 de fevereiro de 2022

Fecha de la entrada en vigor

2022-02-15

Fuentes/Páginas Web

<https://atos.cnj.jus.br/files/original18063720220217620e8ead8fae2.pdf>

Enunciado del Indicador

Número de mujeres víctimas de delitos sexuales por edad, etnia y condición socioeconómica.

Año

2021

Nombre de la institución

Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Localidad

Esplanada dos Ministérios Bloco A ? 9º andar CEP: 70.054-906 ? Brasília, DF

Grupo de edad

Todas

Nivel socioeconómico de las víctimas

Quintil III

Nombre de la etnia indígena

Todas

Número total de víctimas nacional

7026

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh>

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>

Enunciado del Indicador

Políticas de capacitación de juezas / jueces / fiscales / defensoras/es, abogadas/os y operadoras/de derecho, así como en los programas de las facultades de derecho, en materia de violencia con enfoque de género e interculturalidad. Cobertura, temática y alcance.

Año

2021

Nombre de las instituciones

Conselho Nacional de Justiça

Nombre de la capacitación

Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero

Población objetivo

Juezas/Jueces

Cobertura temática

Institui Grupo de Trabalho para colaborar com a implementação das Políticas Nacionais estabelecidas pelas Resoluções CNJ nº 254/2020 e nº 255/2020, relativas, respectivamente, ao Enfrentamento à Violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e ao Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário.

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Número de mujeres

18

Número de hombres

3

Mecanismos de seguimiento

Resolução n. 254 de 4 de setembro de 2018 Resolução n. 255 de 4 de setembro de 2018

Descripción del impacto

O Grupo de Trabalho apresentará estudos e propostas para o estabelecimento de Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero?, no âmbito do Poder Judiciário.

Fuentes/Páginas Web

<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3714>

Enunciado del Indicador

Número de tribunales y fiscalías especializadas con cobertura o que conozcan la materia sobre violencia contra las mujeres: En los ámbitos civil, penal u otros.

Año

2018

Tipo de instancia**Nombre de la instancia/jerarquía**

Tribunais de Justiça

Institución de adscripción

Conselho Nacional de Justiça

Ámbito de competencia

Tribunales Civiles

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Fuentes/Páginas Web

<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=864>

Fundamento legal

Enunciado del Indicador

Encuestas de tolerancia a la violencia por parte de los y las funcionarias públicas pertenecientes al sistema de administración de justicia.

Año

2019

Nombre de la encuesta en materia de violencia contra las mujeres

Cadastro Nacional de Violência Doméstica

Nombre de las instituciones

Conselho Nacional do Ministério Público/CDDF

Población objetivo

O sistema de Tableau em que permite a publicização das informações, por meio de Gráficos, extraídas do banco de dados do Cadastro de Violência Doméstica.

Período de aplicación

Janeiro de 2019 até os dias atuais

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Fecha de publicación de resultados

2019-01-29

Fuentes/Páginas Web

<https://public.tableau.com/app/profile/cnmp/viz/CadastroNacionaldeViolenciaDomstica/CadastroNacionaldeViolenciaDomstica>

Enunciado del Indicador

Estudios de satisfacción de usuarias sobre la accesibilidad, disponibilidad y calidad de los diversos servicios de atención a las víctimas de violencia

Año

2021

Nombre del estudio de satisfacción del usuario

Avaliação referente ao atendimento prestado pela central de atendimento da ONDH

Nombre de la institución encargada del estudio

Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Descripción de la población

Muito satisfeito

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Período que abarca el estudio

Pesquisa de avaliação referente ao ano de 2022

Fecha de publicación

2022-08-29

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh>

Enunciado del Indicador

Publicación periódica de las estadísticas elaboradas y estudios realizados en los tribunales de todas las ramas y en la cúspide del Poder Judicial sobre violencia contra las mujeres.

Año

2018

Nombre del organismo

Conselho Nacional de Justiça

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Poder público

Judicial

Nombre de la publicación

Painel de Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Fecha de publicación

2017-08-11

Frecuencia

Anual

Descripción de la publicación

Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento á violênciâ contra as Mulheres no Poder Judiciário e dá outras providências, considerando a competência do Conselho Naconal de Justiça a a competência desse órgão de coordenar a elaboração e a execução de políticas públicas relativas às mulheres em situação de violênciâ no espaço jurídico de atribuições do Poder Judiciário.

Fuentes/Páginas Web

https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_l%5Cpainelcnj.qvw&host=QVS%40nedimio03&anonymous=true&sheet=shIGLMapa

Indicadores sin Respuesta

- 1.-Porcentaje de órdenes de protección otorgadas en casos de violencia contra las mujeres, con respecto al número de órdenes de protección solicitadas, desagregado por tipos de delitos y/o por tipo de violencia denunciada
- 2.-Número de mujeres que han presentado denuncias por violencia en las Comisarías y Oficinas Policiales.
- 3.-Número de usuarias atendidas en las líneas telefónicas destinadas a la protección de las mujeres y la atención de los casos de violencia contra las mujeres.
- 4.-Número de denuncias relativas a violencia recibidas, investigadas y resultas por las Instituciones Nacionales de Derechos Humanos competentes en el país
- 5.-Número de usuarias que acceden a los servicios de patrocinio jurídico gratuito, sea de carácter público o privado, con o sin subsidio estatal.
- 6.-Registros de base de datos con jurisprudencia relevante de tribunales superiores federales y estaduales sobre violencia contra las mujeres, incluyendo documentación de casos, testimonios, y mecanismos para proteger a quienes rinden testimoniales.
- 7.-Procesos de formación existentes en materia de derecho de las mujeres para el personal de los Tribunales de Justicia y los Ministerios Públicos (juezas/ jueces / fiscales / defensoras/es, abogadas/os y operadoras/de derecho/ policías/ autoridades administrativas relacionadas con la atención de la denuncia, y personal de órganos autónomos), cobertura, temática y alcance.
- 8.-Número de instancias que poseen y brindan kits de emergencia (disponibilidad de proveer antibióticos, antiretrovirales, protocolo de aborto, anticoncepción de emergencia) en casos de violación sexual.
- 9.-Existencia de organismos públicos o privados de veeduría y contraloría de sentencias. Publicidad y acceso a la información de las sentencias y dictámenes emitidos asociados a la erradicación de la violencia contra las mujeres

Acceso a la Justicia - Resultado

Enunciado del Indicador

Tasa de violencia no denunciada con base a encuesta.

Año

2021

Nombre de la encuesta en materia de violencia contra las mujeres

Tabela 14 ? Notificação - em N.A. ponderado e % (região e UF)

Fecha de publicación

2013-03-01

Grupo de mujeres sujetas de tutela

Por orientación sexual

(lesbianas y
bisexuales)

Grupo de edad de mujeres atendidas

Todas

Tipo de violencia

10253

Número de víctimas que no denunciaron

Todas

Fuentes/Páginas Web

https://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Sumario_SENASP_final.pdf

Enunciado del Indicador

Número y porcentaje de casos conocidos por órganos jurisdiccionales del ramo penal (ordinarios y especializados) por diferentes delitos de violencia contra las mujeres en relación al número y porcentaje de sentencias (condenatorias o absolutorias) dictadas por los tribunales (ordinarios y especializados) desagregados por sexo,edad, raza étnia en el año en reporte.

Año

2019

Nombre de la instancia/jerarquia

Tribunais de Justiça estaduais

Tipo de tribunal

Ordinario

Género

Femenino

Grupo de edad de mujeres atendidas

Todas

Nombre de la comunidad

Tipo de violencia

Todas

Número de casos conocidos

452988

Número de sentencias condenatorias

336339

Número de sentencias absolutorias

540156

Número de casos pendientes

908560

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/convencao-interamericana-para-prevenir-punir-e-erradicar-a-violencia-contra-a-mulher-convencao-de-belem-do-pará>



Enunciado del Indicador

Tasa de mortalidad por sexo debido a accidentes, homicidios o suicidios desagregados por causas por 100.000 habitantes y grupos de edad

Año

2020

Nombre de la instancia/jerarquía

Ministério da Saúde

Género

Femenino

Grupo de edad de mujeres atendidas

Todas

Número de defunciones/tasa de mortalidad

24

Tipo de defunción

Muerte violenta por razones de género

Causa de defunción

Compresión en el Cuello

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/saude/pt-br>

Enunciado del Indicador

Sentencias, dictámenes, resoluciones que otorgan reparaciones casos de violencia contra mujeres en razón de género.

Año

2021

Nombre de instancia judicial

Tribunais de justiça

Tipo de reparación

Todas

Número de sentencias

114828

Fuentes/Páginas Web

https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_l%5Cpainelcnj.qvw&host=QVS%40nedimio03&anonymous=true&sheet=shVDResumo

Indicadores sin Respuesta

1.-Número y porcentaje de niñas y adolescentes, mujeres adultas y adultas mayores que acceden al tratamiento de profilaxis post-exposición a violencia sexual (PEP) en centros asistenciales.

2.-Brecha entre los femicidios/ muertes violentas de mujeres y las muertes violentas de varones. Razón de muerte violenta por género, edad, etnia, nivel socioeconómico.

3.-Número de mujeres víctimas de femicidios/feminicidios o muerte violenta por razones de género en los últimos doce meses, por edad, estado civil, causa de muerte, y ubicación geográfica.

4.-Número y porcentaje de procesos penales iniciados por el delito de femicidio/feminicidio, homicidio, asesinato o muerte violenta de mujeres, incluyendo en grado de tentativa y frustración versus número y porcentaje de procesos penales con sentencia (condenatoria o absolutoria) por el delito de femicidio, homicidio, asesinato.

5.-Número de personal capacitado en el sistema de justicia con perspectiva de género y el cuidado de la interculturalidad.

6.-Número de casos resueltos que involucran a niñas y adolescentes, mujeres adultas y adultas mayores, indígenas, rurales como víctimas de la violencia.

7.-Número de mujeres afrodescendientes, indígenas, rurales y/o con discapacidad, que ocupen cargos de decisión en el sistema de administración de justicia incluyendo comunidades indígenas y/o rurales.

8.-Número de funcionarias públicas que se desempeñan en puestos que tienen interacción directa con mujeres afectadas por violencia contra la mujer en cualquiera de sus manifestaciones.

9.-Número y porcentaje de denuncias de violencia desistidas por parte de la víctima respecto al número total de denuncias en el año en reporte

10.-Número y porcentaje de casos conocidos por órganos jurisdiccionales del ramo civil, laboral, familiar y administrativo por violencia contra las mujeres.

11.-Número y porcentaje de casos conocidos por órganos jurisdiccionales del ramo penal (ordinarios y especializados) por diferentes delitos en grado de tentativa: violencia contra las mujeres, femicidio/feminicidio o muerte violenta de mujeres por razones de género; en relación al número y porcentaje de sentencias (condenatorias y/o absolutorias) dictadas por los tribunales (ordinarios y especializados)

12.-Número y porcentaje de procesos sobre reparación a víctimas colaterales por femicidio/feminicidio o muerte violenta de mujeres por razones de género por tipo de vínculo con la víctima.

13.-Número y porcentaje de casos conocidos por el ente investigador, por violencia contra las mujeres en sus diferentes manifestaciones y por muertes violentas de mujeres, según su estado del proceso.

14.-Observaciones Generales del Módulo Acceso a la Justicia



Información y Estadísticas



Información y Estadísticas - Estructura

Enunciado del Indicador

Normativa que contempla la obligación del Estado de realizar investigaciones y estudios periódicos para monitorear y evaluar las políticas, planes, programas, estrategias y acciones en materia de violencia contra las mujeres.

Año

2020

Nombre de la ley

Resolução Conjunta CNJ-CNMP nº 5, de 3 de março de 2020.

Fecha de publicación

2020-03-03

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Objeto de la ley

Formulário Nacional de Avaliação de Risco de Violência Doméstica

Instituciones obligadas y/o con mandatos específicos

Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Nacional de Justiça

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resolucao-Conjunta-n-5-2020.pdf>

Año

2021

Nombre de la ley

Atendimento a obrigação legal imposta pela Lei Maria da Penha ao Ministério Público (art. 26, III, da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006).

Fecha de publicación

2016-04-11

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Objeto de la ley

Comitê Gestor do Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Instituciones obligadas y/o con mandatos específicos

Conselho Nacional do Ministério Público



Fuentes/Páginas Web

https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Portarias_Presidencia_nova_versao/2016/2016.Portaria-CNMP-PR-ESI-040-1.pdf

Indicadores sin Respuesta

- 1.-Existencia de estudios sobre sentencias y dictámenes que contengan estereotipos, prejuicios, mitos y costumbres en los casos de mujeres víctimas de violencia, así como el uso de la historia personal de la víctima y/o su experiencia sexual para denegarle justicia.
- 2.-Normativa que contempla la obligación del Estado de llevar registros administrativos (policiales, judiciales, fiscalías, defensorías, de servicios sociales, de salud, etc.) de los diversos casos de violencia contra niñas y adolescentes, mujeres adultas y adultas mayores en sus diversas manifestaciones.
- 3.-Número y características de las instituciones del sector público productoras o generadoras de información estadística sobre violencia contra las mujeres.



Información y Estadísticas - Proceso

Enunciado del Indicador

Informes estadísticos periódicos sobre violencia contra las mujeres.

Año

2019

Nombre de la institución

Ministério da Saúde

Nombre del informe

Tabnet do DataSus

Fecha de publicación

2019-01-01

Objeto del informe

O DATASUS disponibiliza informações que podem servir para subsidiar análises objetivas da situação sanitária, tomadas de decisão baseadas em evidências e elaboração de programas de ações de saúde.

Instituciones involucradas

Ministério da Saúde

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/convencao-interamericana-para-prevenir-punir-e-erradicar-a-violencia-contra-a-mulher-convencao-de-belem-do-pará>

Año

2019

Nombre de la institución

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Nombre del informe

Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam)

Fecha de publicación

2019-08-02

Objeto del informe

Existem diversos relatórios que abordam a violência contra a mulher. Entre eles, pode-se citar o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam), criado pela Lei Federal 12.227 de 2010, regulamentado pelo Decreto 8131 de 2013.



Instituciones involucradas

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM)

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/convencao-interamericana-para-prevenir-punir-e-erradicar-a-violencia-contra-a-mulher-convencao-de-belem-do-parana>



Indicadores sin Respuesta

1.-Cantidad de informes presentados por el país a los órganos de supervisión internacional en relación con el acceso a la justicia para todas las mujeres, especialmente sobre los órganos y los procedimientos disponibles, las ventajas y obstáculos que presentan y las normas tanto nacionales como consuetudinarias usadas para administrar justicia.



Información y Estadísticas - Resultado

Enunciado del Indicador

Publicación periódica de las estadísticas elaboradas y estudios realizados en materia de violencia contra las mujeres.

Año

2019

Nombre de la institución

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Fecha de publicación

2019-08-02

Nombre del informe

O Poder Judiciário na aplicação da Lei da Penha (CNJ ? anual); Justiça pela paz em casa (CNJ ? anual); Atlas da Violência (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea e Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP ? anual); Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais (Observatório da Mulher Contra a Violência, Senado Federal ? anual); Violência contra as Mulheres em Dados: plataforma reúne pesquisas, fontes e sínteses sobre o problema no Brasil (Instituto Patrícia Galvão; Cadastro Nacional de Violência Doméstica (Conselho Nacional do Ministério Público CNMP ? alimentação automática do sistema); Relatório estatístico da ação do Ministério Público(MP) no enfrentamento à violência doméstica contra a mulher (CNMP ? anual). Mapa da Violência (FLACSO Brasil).

Instituciones involucradas

Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); Ministério Público; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP); Senado Federal

Objeto del informe

Relatórios sobre violência contra as mulheres, tanto da iniciativa privada, quanto pública em todos os níveis de governo.

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/convencao-interamericana-para-prevenir-punir-e-erradicar-a-violencia-contra-a-mulher-convencao-de-belem-do-pará>

Año

2019

Nombre de la institución

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Fecha de publicación

2019-08-02

Nombre del informe

Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam)

Instituciones involucradas

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM)

Objeto del informe

Existem diversos relatórios que abordam a violência contra a mulher. Entre eles, pode-se citar o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam), criado pela Lei Federal 12.227 de 2010, regulamentado pelo Decreto 8131 de 2013.

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/convencao-interamericana-para-prevenir-punir-e-erradicar-a-violencia-contra-a-mulher-convencao-de-belem-do-parana>



Indicadores sin Respuesta

1.-Observaciones Generales del Módulo Información y Estadísticas



Diversidad



Diversidad - Estructura

Enunciado del Indicador

Diseño e implementación de mecanismos de integración de los principios y procesos de justicia indígena, en formas respetuosas y compatibles con la Convención de Belém do Pará

Año

2021

Nombre de la institución

Supremo Tribunal Federal

Descripción de los mecanismos

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a constitucionalidade da proteção diferenciada às mulheres prevista na Lei Maria da Penha, no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 19 (ADC 19/DF, Rel. Ministro Marco Aurélio, julgado em 9/2/2012) e da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4424 (ADI 4424/DF, Rel. Ministro Marco Aurélio, julgado em 9/2/2012).

Fecha de inicio

2012-02-09

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Fuentes/Páginas Web

<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=5719497>

Año

2021

Nombre de la institución

Supremo Tribunal Federal

Descripción de los mecanismos

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da tese de legítima defesa da honra em julgamentos de feminicídio, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 779 (ADPF 779/DF, Rel. Ministro Dias Toffoli, julgado em 15/03/2021).

Fecha de inicio

2021-03-15

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

**Fuentes/Páginas Web**

<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755906373>

Año

2020

Nombre de la institución

Conselho Nacional de Justiça

Descripción de los mecanismos

Instituiu um grupo de trabalho com vigência de dois anos, prorrogáveis, para elaboração de estudos e propostas visando ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Tal normativa possui, entre seus objetivos: i) dar maior fôlego à Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica; e ii) garantir maior acesso à justiça para grupos de mulheres mais vulneráveis, como indígenas, negras, com deficiência, refugiadas, imigrantes, mulheres do campo e LGBTQI+ vítimas de violência.

Fecha de inicio

2020-11-20

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Fuentes/Páginas Web

<https://atos.cnj.jus.br/files/compilado130828202012015fc6404cd7ac7.pdf>

Enunciado del Indicador

Existencia de políticas públicas de sensibilización y capacitación de juezas/jueces/fiscales/defensoras/es, abogadas/os y operadoras/es del derecho (incluyendo peritos, facilitadores e intérpretes) que promuevan una cultura jurídica orientada a la adecuada atención de mujeres pertenecientes a grupos en situación de vulnerabilidad, que facilite su acceso a la justicia.

Año

2021

Nombre de la institución

Conselho Nacional de Justiça

Nombre del proceso

Curso Intensivo de Capacitação na Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Población objetivo

Juezas/Jueces

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Otras instituciones

Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Número de mujeres participantes

0

Número de hombres participantes

0

Fuentes/Páginas Web

https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/03/MOU-001_2021.pdf

Enunciado del Indicador

Existencia de protocolos de atención integral en casos de violencia contra las mujeres (en sus diversas manifestaciones) elaborados en los idiomas y en formato accesible para personas con discapacidad, que definan criterios específicos de recolección de datos y de atención sensible y de calidad para las víctimas de violencia, y que sean utilizados por la policía, el sistema de justicia, el sistema de salud y demás poderes del Estado.

Año

2020

Nombre del protocolo

Protocolo Nacional de Investigação e Perícias nos Crimes de Feminicídio.

Fecha de publicación

2020-06-22

Instituciones encargadas

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Otras instituciones

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Descripción del protocolo

Diário Oficial da União, Seção 1, p. 30

Tipos de discapacidad

Todas

Población de mujeres

Todos los Anteriores

Fuentes/Páginas Web

<https://dspace.mj.gov.br/handle/1/745>

https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-340-de-22-de-junho-de-2020-262969693?_ga=2.133377230.1565893674.1603846347-972926597.1594653863

Enunciado del Indicador

Reconocimiento normativo e integración de principios y procesos de justicia indígena, en formas respetuosas de los derechos humanos y compatibles con la Convención de Belém do Pará.

Año

2019

Nombre de la ley

Constituição Federal

Fecha de publicación

2019-08-02

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Descripción de la normativa

A cidadania intercultural, bem como as práticas e conhecimento das comunidades indígenas e rurais são reconhecidas e protegidas pela Constituição Federal.

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/atuacao-internacional/relatorios-internacionais-1/convencao-interamericana-para-prevenir-punir-e-erradicar-a-violencia-contra-a-mulher-convencao-de-belem-do-pará>

Enunciado del Indicador

Políticas públicas destinadas a eliminar barreras de acceso a la justicia a mujeres pertenecientes a grupos en situación de vulnerabilidad: físicas, sociales, económicas, culturales-actitudinales, de información, de comunicación.

Año

2021

Nombre de la política pública o mecanismo

Política pública destinada a quebrar barreiras e facilitar a concretização dos direitos humanos no Brasil

Nombre de la institución

Conselho Nacional de Justiça

Otras instituciones

Supremo Tribunal Federal

Fecha de la puesta en marcha

2022-09-08

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Población de mujeres

Mujeres Indígenas

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>

Año

2021

Nombre de la política pública o mecanismo

Política pública destinada a quebrar barreiras e facilitar a concretização dos direitos humanos no Brasil

Nombre de la institución

Conselho Nacional de Justiça

Otras instituciones

Supremo Tribunal Federal

Fecha de la puesta en marcha

2022-09-08

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Población de mujeres

Todos los Anteriores

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>

Año

2021

Nombre de la política pública o mecanismo

Política pública destinada a quebrar barreiras e facilitar a concretização dos direitos humanos no Brasil

Nombre de la institución

Conselho Nacional de Justiça

Otras instituciones

Supremo Tribunal Federal

Fecha de la puesta en marcha

2022-09-08

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Población de mujeres

Mujeres Privadas de Libertad.

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>

Año

2021

Nombre de la política pública o mecanismo

Política pública destinada a quebrar barreiras e facilitar a concretização dos direitos humanos no Brasil

Nombre de la institución

Conselho Nacional de Justiça

Otras instituciones

Supremo Tribunal Federal

**Fecha de la puesta en marcha**

2022-09-08

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Población de mujeres

Por identidad

de género (mujeres trans)

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>

Año

2021

Nombre de la política pública o mecanismo

Política pública destinada a quebrar barreiras e facilitar a concretização dos direitos humanos no Brasil

Nombre de la institución

Conselho Nacional de Justiça

Otras instituciones

Supremo Tribunal Federal

Fecha de la puesta en marcha

2022-09-08

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Población de mujeres

Mujeres con Discapacidad

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>

Año

2021

Nombre de la política pública o mecanismo

Política pública destinada a quebrar barreiras e facilitar a concretização dos direitos humanos no Brasil

Nombre de la institución

Conselho Nacional de Justiça

**Otras instituciones**

Supremo Tribunal Federal

Fecha de la puesta en marcha

2022-09-08

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Población de mujeres

Viviendo con VIH/SIDA

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>

Año

2021

Nombre de la política pública o mecanismo

Política pública destinada a quebrar barreiras e facilitar a concretização dos direitos humanos no Brasil

Nombre de la institución

Conselho Nacional de Justiça

Otras instituciones

Supremo Tribunal Federal

Fecha de la puesta en marcha

2022-09-08

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Población de mujeres

Refugiadas y Desplazadas

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>

Año

2021

Nombre de la política pública o mecanismo

Política pública destinada a quebrar barreiras e facilitar a concretização dos direitos humanos no Brasil

**Nombre de la institución**

Conselho Nacional de Justiça

Otras instituciones

Supremo Tribunal Federal

Fecha de la puesta en marcha

2022-09-08

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Población de mujeres

En situación socioeconómica defavorable

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>

Año

2021

Nombre de la política pública o mecanismo

Política pública destinada a quebrar barreiras e facilitar a concretização dos direitos humanos no Brasil

Nombre de la institución

Conselho Nacional de Justiça

Otras instituciones

Supremo Tribunal Federal

Fecha de la puesta en marcha

2022-09-08

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Población de mujeres

Niñas y Adolescentes

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>

Año

2021

**Nombre de la política pública o mecanismo**

Política pública destinada a quebrar barreiras e facilitar a concretização dos direitos humanos no Brasil

Nombre de la institución

Conselho Nacional de Justiça

Otras instituciones

Supremo Tribunal Federal

Fecha de la puesta en marcha

2022-09-08

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Población de mujeres

Rurales

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>

Año

2021

Nombre de la política pública o mecanismo

Política pública destinada a quebrar barreiras e facilitar a concretização dos direitos humanos no Brasil

Nombre de la institución

Conselho Nacional de Justiça

Otras instituciones

Supremo Tribunal Federal

Fecha de la puesta en marcha

2022-09-08

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Población de mujeres

Víctimas de Trata

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>

Año

2021

**Nombre de la política pública o mecanismo**

Política pública destinada a quebrar barreiras e facilitar a concretização dos direitos humanos no Brasil

Nombre de la institución

Conselho Nacional de Justiça

Otras instituciones

Supremo Tribunal Federal

Fecha de la puesta en marcha

2022-09-08

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Población de mujeres

Embarazadas

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>

Año

2021

Nombre de la política pública o mecanismo

Política pública destinada a quebrar barreiras e facilitar a concretização dos direitos humanos no Brasil

Nombre de la institución

Conselho Nacional de Justiça

Otras instituciones

Supremo Tribunal Federal

Fecha de la puesta en marcha

2022-09-08

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Población de mujeres

Mujeres Adultas

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>

Año

2021

**Nombre de la política pública o mecanismo**

Política pública destinada a quebrar barreiras e facilitar a concretização dos direitos humanos no Brasil

Nombre de la institución

Conselho Nacional de Justiça

Otras instituciones

Supremo Tribunal Federal

Fecha de la puesta en marcha

2022-09-08

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Población de mujeres

Por orientación sexual

(lesbianas y
bisexuales)

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>

Año

2021

Nombre de la política pública o mecanismo

Política pública destinada a quebrar barreiras e facilitar a concretização dos direitos humanos no Brasil

Nombre de la institución

Conselho Nacional de Justiça

Otras instituciones

Supremo Tribunal Federal

Fecha de la puesta en marcha

2022-09-08

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Población de mujeres

Afrodescendientes

Fuentes/Páginas Web

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/cadernos-stf-lgbtqia-3.pdf>



Indicadores sin Respuesta

- 1.-Existencia de medidas adoptadas para garantizar la provisión de ajustes adecuados a los procedimientos tomando en cuenta la diversidad de las mujeres con discapacidad, la edad y las necesidades específicas de estas.
- 2.-Legislación promulgada que prohíba y tipifique como violencia, los experimentos, intervenciones o tratamientos médicos, científicos o sociales no consentidos, incluida la administración no consentida de fármacos y otras violaciones de la integridad física y mental de las mujeres con discapacidad.
- 3.-Políticas públicas tendientes a prevenir, combatir y eliminar la violencia contra las mujeres con discapacidad (incluyendo refugios accesibles y sistemas de apoyo).



Diversidad - Proceso

Enunciado del Indicador

Servicios sociales y de apoyo a las víctimas de violencia que sean accesibles en términos de entorno físico y de comunicación por ciudad, región y cobertura.

Año

2021

Nombre de la institución

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Nombre del servicio

Centro Especializado de Atendimento à Mulher

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Ubicación

Estação de metrô da 102 sul, Asa Sul, Plano Piloto. CEP: Brasília - DF, 70330-000

Ámbito de competencia

Desenvolver intervenções multidisciplinares e reflexivas, a partir de perspectivas de gênero e direitos humanos; propiciar espaços de acolhimento, reflexão e empoderamento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar; atuar em articulação com a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e demais serviços da rede; promover a divulgação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e a Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio) e legislações correlatas; executar outras atividades que lhe forem atribuídas na sua área de atuação

Tipo de servicio

Os Centros de Referência são espaços de acolhimento/atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que proporcione o atendimento e o acolhimento necessários à superação da situação de violência ocorrida, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate da sua cidadania

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/publicacoes/publicacoes/crams.pdf>

http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/764b302532264e14b4923d7ff8d3bff2/Decreto_41106_13_08_2020.html

Indicadores sin Respuesta

1.-Cobertura temática y alcance de políticas públicas de sensibilización y capacitación que promuevan una cultura jurídica orientada a la adecuada atención de mujeres pertenecientes a grupos en situación de vulnerabilidad víctimas de violencia.

2.-Número de funcionarias/os públicos en diversos organismos preparados para brindar / facilitar mecanismos de apoyo necesarios para el acceso a la justicia de las niñas y adolescentes, mujeres adultas y adultas mayores con discapacidad.



Diversidad - Resultado

Enunciado del Indicador

Tasa de violencia y crímenes de odio en mujeres pertenecientes a grupos en situación de vulnerabilidad.

Año

2019

Nombre de la institución que provee la información

Ipea- Atlas da Violência

Población de mujeres

Todos los Anteriores

Grupo de edad de mujeres atendidas

Todas

Número total de víctimas nacional

3737

Fuentes/Páginas Web

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf> (pág 43)

Enunciado del Indicador

Número de denuncias recibidas por violencia contra mujeres con discapacidad respecto del número total de denuncias recibidas por violencia contra las mujeres.

Año

2021

Nombre de la institución que provee la información

Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Tipos de discapacidad

Todas

Grupo de edad de mujeres atendidas

Todas

Tipo de violencia

Todas

Número de denuncias de mujeres con discapacidad víctimas de violencia

5773

Número total de denuncias

82472

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh>

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2021>

Indicadores sin Respuesta

- 1.-Número de mujeres con discapacidad atendidas por los Servicios Sociales y de apoyo a las víctimas de violencia que sean accesibles, por tipo y alcance de los servicios.
- 2.-Número de mujeres con discapacidad que han sufrido violencia física, psicológica o sexual por edad, y tipo de discapacidad
- 3.-Número de causas ingresadas al sistema judicial por mujeres con discapacidad víctimas de violencia desagregadas por edad, discapacidad, ámbito jurídico /tipo de procedimiento (civil, penal, etc.), y derechos sustantivos afectados.
- 4.-Número Nacional de demandas de mujeres con discapacidad ante el sistema judicial por fases: - investigadas; - resueltas; - proporción de las mismas resueltas a favor de las demandantes - proporción de las estas últimas cumplidas por el gobierno o el responsable
- 5.-Observaciones Generales del Módulo Diversidad



Presupuesto

Presupuesto - Estructura

Enunciado del Indicador

Presupuesto Nacional con identificacion de fondos asignados por ley para el mecanismos de las mujeres y/o la erradicacion de la violencia contra las mujeres.

Año

2021

Normativa que contempla asignación presupuestaria para el mecanismo de las mujeres

Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020

Fecha de publicación

2022-01-31

Nombre de la política pública o acciones emprendidas

Combate à Violência contra as Mulheres

Área de competencias

Ministério da Economia

Mecanismo del monitoreo presupuestario

Presupuesto en dólares para el año de reporte

126247487

Fuentes/Páginas Web

A	Mulher	no	Orçamento	2021
(https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/publicacoes-sobre-orcamento/arquivos/RelatrioAMulhernoOramento2021OramentoMulher2021LDO.pdf)				

Enunciado del Indicador

Presupuesto para combatir y reducir los niveles de violencia contra las mujeres con identificación de fondos asignados para oficinas especializadas en otros mecanismos o agencias del Estado, tales como: - Sector Salud, - Sector Educación, - Poder Judicial - Ministerio Público - Ministerio del Trabajo.

Año

2021

Nombre de la institución

Ministério da Economia

Ámbito de competencia

Mecanismos para el Adelanto de las Mujeres

Nombre de la política pública o mecanismo

A mulher no Orçamento 2021

Asignación presupuestaria

126247487

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/publicacoes-sobre-orcamento/arquivos/RelatrioAMulhernoOramento2021OramentoMulher2021LDO.pdf>

Año

2021

Nombre de la institución

Ministério da Educação

Ámbito de competencia

Sector Educación

Nombre de la política pública o mecanismo

Programa Mulheres Mil

Asignación presupuestaria

26365348

Fuentes/Páginas Web

Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle ? Simec (<http://simec.mec.gov.br/login.php>)

Año

2021

**Nombre de la institución**

Ministério da Economia

Ámbito de competencia

Mecanismos para el Adelanto de las Mujeres

Nombre de la política pública o mecanismo

Combate à Violência contra as Mulheres

Asignación presupuestaria

126247487

Fuentes/Páginas Web

A	Mulher	no	Orçamento	2021
---	--------	----	-----------	------

(<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/publicacoes-sobre-orcamento/arquivos/RelatrioAMulhernoOramento2021OramentoMulher2021LDO.pdf>)

Enunciado del Indicador

Normativa que contempla presupuesto para realizar investigaciones y estudios periódicos para monitorear y evaluar las políticas, planes, programas, estrategias y acciones de derechos de las mujeres

Año

2021

Normativa que contempla asignaciones presupuestarias para la investigación

Art. 1º Esta Lei altera as Leis nºs 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e 13.675, de 11 de junho de 2018, para destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento da violência contra a mulher.

Fecha de publicación

2022-03-29

Nombre de la institución

Poder Legislativo

Área de competencias

Fundo Nacional de Segurança Pública

Nombre de la política pública o mecanismo

LEI Nº 14.316, DE 29 DE MARÇO DE 2022

Asignación presupuestaria

10214640

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14316.htm;

<https://portaldatransparencia.gov.br/orgaos/30911?ano=2021>

Año

2021

Normativa que contempla asignaciones presupuestarias para la investigación

Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021

Fecha de publicación

2021-04-22

Nombre de la institución

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

**Área de competencias**

Políticas de igualdade e enfrentamento a violência contra as mulheres

Nombre de la política pública o mecanismo

Auxílio financeiro a pesquisadores

Asignación presupuestaria

15150

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2021/loa>

Enunciado del Indicador

Normativa que contempla presupuesto para realizar encuestas de violencia contra las mujeres.

Año

2021

Normativa que contempla asignación presupuestaria para la realización de encuestas

Decreto nº 10,379, de 28 de maio de 2020, Art. 28-C.

Fecha de publicación

2022-08-19

Nombre de la institución

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Área de competencias

Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), Diretoria de Políticas de Segurança Pública (DPSP), por meio da Coordenação-Geral de Políticas de Prevenção à Violência e à Criminalidade

Nombre de la encuesta en materia de violencia contra las mujeres

Projeto ProMulher

Asignación presupuestaria

54122

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mj/pt-br>

Fonte:

Power

BI

2021/2022

(https://www.powerofdata.com.br/?gclid=Cj0KCQjwnP-ZBhDiARIsAH3FSRdP4xjfo2C9sBiw0GZAUwijap-P67ccE1H7e2LNnX1HtWfZFyirSQwaAiZ4EALw_wcB)

Enunciado del Indicador

Normativa que contempla presupuesto de procesos automatizados para alimentar bases de datos de información y estadística, y publicar periódicamente información relativa a los casos de violencia contra las mujeres y las niñas.

Año

2021

Nombre de la normativa para la asignación presupuestaria para base de datos e información y estadísticas

Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021

Fecha de publicación

2021-04-22

Nombre de la institución

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Área de competencias

Políticas de igualdade e enfrentamento a violência contra as mulheres - Financiamentos a pesquisadores

Asignación presupuestaria

15150

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2021/loa>



Presupuesto - Proceso

Enunciado del Indicador

Publicación de informes sobre asignación presupuestaria y ejecución de acciones asociadas a combatir la violencia contra las mujeres.

Año

2021

Nombre de la institución

Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Área de competencias

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Nombre del informe

Orçamento gasto no combate à violência contra a mulher pela SNPM

Fecha de publicación

2022-06-12

Fuentes/Páginas Web

<https://www.camara.leg.br/noticias/668512-governo-gastou-apenas-r-56-milhoes-de-um-total-de-r-1264-milhoes-previstos-com-politicas-para-mulheres/>

<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/publicacoes-sobre-orcamento/arquivos/RelatorioAMulhernoOramento2021OramentoMulher2021LDO.pdf>

Enunciado del Indicador

Publicidad y acceso a la información sobre asignación de recursos y ejecución presupuestaria

Año

2019

Nombre de la institución

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Ámbito de cobertura

Nacional/Federal

Acceso a la información

Lei de Acesso à Informação

Tipo de organismo

Público

Fuentes/Páginas Web

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

Indicadores sin Respuesta

1.-Informes periódicos de rendición de cuentas del manejo financiero de los recursos destinados al acceso a la justicia para las mujeres víctimas de violencia

2.-Recursos financieros destinados a la representación jurídica gratuita y servicios judiciales, y otros servicios ya sea de gestión pública o con subsidio estatal destinados a mujeres: - niñas y adolescentes; - adultas y adultas mayores; - indígenas; - afrodescendientes; - rurales; - con discapacidad; - por orientación sexual (mujeres lesbianas y bisexuales); - por identidad de género (mujeres trans); - migrantes; - refugiadas; - desplazadas; - personas privadas de libertad,

Presupuesto - Resultado

Enunciado del Indicador

Porcentaje de ejecución presupuestaria del total de presupuesto asignado a los mecanismos nacionales de las mujeres y/o de las agencias de donde dependan estos servicios.

Año

2021

Nombre del mecanismo/instituciones vinculadas

Central de Atendimento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Porcentaje de ejecución

521

Presupuesto en dólares para el año de reporte

25000000

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh>

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>

Enunciado del Indicador

Porcentaje del presupuesto asignado y ejecutado para los servicios por parte de víctimas de violencia en sus diversas manifestaciones: - de atención telefónica - de atención jurídica - de atención de la salud.

Año

2021

Nombre del mecanismo/instituciones vinculadas

Orçamento de execução da Central de Atendimento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Tipo de servicio

Refugios

Asignación presupuestaria

4590818

Monto de la ejecución presupuestaria

4590818

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh>

Año

2021

Nombre del mecanismo/instituciones vinculadas

Ministério da Saúde em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina

Tipo de servicio

Refugios

Asignación presupuestaria

43912176

Monto de la ejecución presupuestaria

43912176

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/saude/pt-br>

Enunciado del Indicador

Porcentaje de la asignación y ejecución presupuestaria para la realización de encuestas de violencia contra las mujeres.

Año

2020

Nombre del mecanismo/instituciones vinculadas

Pesquisa sobre violência contra a mulher, estabelecida parceria com a UFMG

Asignación presupuestaria

798403

Monto de la ejecución presupuestaria

798403

Fuentes/Páginas Web

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh>

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>

Enunciado del Indicador

Presupuesto Nacional con identificación de fondos asignados por ley para el mecanismo de las mujeres y/o la erradicación de la violencia contra las mujeres.

Año

2021

Ámbito de competencia

Administrativos

Nombre del servicio

Programa Mulheres Mil

Asignación presupuestaria

27944111

Monto de la ejecución presupuestaria

27944111

Porcentaje del monto del gasto público

2917

Nombre de la política pública o acciones emprendidas

O objetivo do programa é promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país.

Agencias o sector del Estado**Fuentes/Páginas Web**

<http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil> e Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle ? Simec.

Año

2021

Ámbito de competencia

Administrativos

Nombre del servicio

Política Nacional de Atenção Integral a Saude da Mulher

**Asignación presupuestaria**

185628794

Monto de la ejecución presupuestaria

185628743

Porcentaje del monto del gasto público

194

Nombre de la política pública o acciones emprendidas

Atenção Integral a Saude da Mulher

Agencias o sector del Estado**Fuentes/Páginas Web**<https://www.gov.br/saude/pt-br>**Año**

2021

Ámbito de competencia

Constitucionales

Nombre del servicio

A Mulher no Orçamento 2021

Asignación presupuestaria

46000000000

Monto de la ejecución presupuestaria

46000000000

Porcentaje del monto del gasto público

9

Nombre de la política pública o acciones emprendidas

Mapeamento de gastos em 79 ações orçamentárias distribuídas em 6 categorias de políticas públicas

Agencias o sector del Estado**Fuentes/Páginas Web**<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/publicacoes-sobre-orcamento/arquivos/RelatorioAMulhernoOramento2021OramentoMulher2021LDO.pdf>

Indicadores sin Respuesta

1.-Promedio de la inversión de recursos financieros que implica cada una de las fases del proceso penal de violencia contra las mujeres según la institución involucrada.

2.-Porcentaje de asignación y ejecución presupuestaria para la recolección de información y estadística en el Poder Judicial sobre los casos de violencia contra las mujeres y las niñas.

3.-Observaciones Generales del Módulo Presupuesto